

Informe FUP

25.11.2015

FUP e sindicatos assinam nesta quinta Acordo que preserva os direitos da categoria

Nesta quinta-feira, 26, a FUP e seus sindicatos assinam o Acordo Coletivo de Trabalho 2015/2017, que garante a manutenção dos direitos conquistados ao longo dos últimos 13 anos. Será cobrado à Petrobrás que altere o calendário de pagamento, antecipando para o início de dezembro a quitação das diferenças remuneratórias, retroativas a setembro.

A maior greve da categoria nos últimos 20 anos denunciou os prejuízos econômicos e sociais que o plano de desinvestimentos tem causado ao país e garantiu aos trabalhadores disputar os rumos da empresa, fato inédito até então. Além disso, os petroleiros preservaram todas as conquistas do Acordo Coletivo, fazendo a Petrobrás recuar nas propostas iniciais de corte de direitos e de redução de salários.

Após a assinatura do ACT, as entidades sindicais iniciarão o debate com a empresa sobre os dias de greve e a formação do Grupo de Trabalho paritário, que terá 60 dias para elaborar um relatório com propostas para retomada dos investimentos e preservação da integração do Sistema, com base em alternativas elencadas pela Pauta pelo Brasil e em estudos técnicos que avaliam os impactos sociais da retração do setor.

Após denúncias da FUP, Comissão da Câmara investiga venda suspeita de 49% da Gaspetro

A Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados Federais (CME) realiza nesta quinta-feira (26), pela manhã, uma audiência pública para debater a venda de 49% da Gaspetro, aprovada pelo Conselho de Administração da Petrobrás no dia 23 de outubro, mas que é alvo de uma série de questionamentos na justiça. A partir de denúncias da FUP, que cobra a suspensão da venda, através de uma Ação Civil Pública, o deputado federal Davidson Magalhães (PCdoB-Ba) deu entrada no dia 04 de novembro em um requerimento na CME, cobrando apuração dos fatos.

Nesta quinta, será realizada a primeira audiência para discutir as suspeitas de irregularidades, tráfico de influência e favorecimento na venda das ações da Gaspetro para o grupo japonês Mitsui, pelo montante de R\$ 1,9 bilhão. A FUP, que será uma das entidades ouvidas na audiência, além de se contrapor à abertura do capital da subsidiária, questiona a forma como se deu o processo de negociação com a Mitsui, que é uma das controladoras da Vale, cujo diretor-presidente, Murilo Ferreira, ocupava na época a Presidência do Conselho de Administração da Petrobrás.

Além disso, o valor negociado está muito abaixo das estimativas de mercado. Os bancos JP Morgan e Brasil Plural estimaram que a Petrobrás poderia arrecadar com a venda US\$ 1,3 bilhão, ou seja, R\$ 5,6 bilhões, mais do que o dobro do valor em reais proposto pela Mitsui. Todos esses questionamentos constam da Ação Civil Pública que a FUP ingressou no dia 26 de outubro na Justiça Federal, cobrando a suspensão da venda de 49% da Gaspetro.

Direção Colegiada da FUP